

---

## ECOLOGIA HUMANA, GESTÃO URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PACTO PELA PAZ NO ESTADO DO MARANHÃO

---

ECOLOGÍA HUMANA, GESTIÓN URBANA Y SEGURIDAD PÚBLICA: UNA REFLEXIÓN SOBRE EL “PACTO PELA PAZ” EN EL ESTADO DE MARANHÃO

HUMAN ECOLOGY, URBAN MANAGEMENT AND PUBLIC SAFETY: A REFLECTION ON THE “PACTO PELA PAZ” IN THE STATE OF MARANHÃO

**Karina Biondi<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-8477-0165>  
<https://lattes.cnpq.br/9293354732484739>

**RESUMO:** Um dos principais temas de pesquisa da Escola de Chicago era a questão do crime e da delinquência. Toda uma tecnologia social foi elaborada a partir dessas preocupações e, de acordo com alguns pesquisadores contemporâneos, permanece como base não só para os estudos urbanos como também para as boas práticas de gestão das cidades. Unindo, por um lado, pesquisa de campo (junto a agentes estatais responsáveis pelo planejamento, elaboração e execução de projetos de prevenção e combate ao crime e junto a conselhos de comunidade envolvidos nesses projetos) e, por outro, pesquisa documental (que interrogou relatórios, levantamentos, estudos, análises, documentos oficiais, legislações), este artigo propõe uma discussão sobre o Pacto Pela Paz, política de segurança pública do Estado do Maranhão durante a gestão do governador Flávio Dino. Será explorada a relação entre segurança pública e gestão urbana, refletindo sobre as continuidades e descontinuidades entre as tecnologias de gestão do crime desenvolvidas na Escola de Chicago e aquelas executadas no âmbito da política de segurança pública do Maranhão.

**Palavras-Chave:** Gestão urbana; Segurança pública; Ecologia humana; Maranhão; Pacto Pela Paz

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social, Karina Biondi é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq - Nível 2, e professora da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: [ka.biondi@gmail.com](mailto:ka.biondi@gmail.com).

**RESUMEN:** Uno de los principales temas de investigación de la Escuela de Chicago fue la cuestión del crimen y la delincuencia. A partir de estas preocupaciones se ha desarrollado toda una tecnología social que, según algunos investigadores contemporáneos, sigue siendo la base no sólo de los estudios urbanos, sino también de las buenas prácticas de gestión de las ciudades. Combinando, por un lado, la investigación de campo (con agentes estatales encargados de la planificación, preparación y ejecución de proyectos de prevención y combate al delito y con consejos comunitarios involucrados en estos proyectos) y, por otro, la investigación documental (que interrogó informes, encuestas, estudios, análisis, documentos oficiales, legislación), este artículo propone una discusión sobre el Pacto por la Paz, política de seguridad pública del Estado de Maranhão durante la gestión del gobernador Flávio Dino. Se explorará la relación entre seguridad pública y gestión urbana, reflexionando sobre las continuidades y discontinuidades entre las tecnologías de gestión del delito desarrolladas en la Escuela de Chicago y aquellas implementadas en el ámbito de la política de seguridad pública de Maranhão.

**Palabras-Clave:** Gestión urbana; Seguridad pública; Ecología humana; Maranhão; Pacto Pela Paz

**ABSTRACT:** One of the main research themes of the Chicago School was the issue of crime and delinquency. An entire social technology was developed based on these concerns and, according to some contemporary researchers, remains the basis not only for urban studies but also for good practices in city management. Combining, on the one hand, field research (with state agents responsible for planning, developing and implementing crime prevention and combat projects and with community councils involved in these projects) and, on the other, documentary research (which interrogated reports, surveys, studies, analyses, official documents and legislation), this article proposes a discussion of the Pact for Peace, a public security policy of the State of Maranhão during the administration of Governor Flávio Dino. The relationship between public security and urban management will be explored, reflecting on the continuities and discontinuities between the crime management technologies developed at the Chicago School and those implemented within the scope of Maranhão's public security policy.

**Keywords:** Urban management; Public safety; Human ecology; Maranhão; Pacto Pela Paz

## INTRODUÇÃO

Entre 2002 e 2014, o número de vítimas por arma de fogo mais do que triplicou no Estado do Maranhão. Várias ações em segurança pública foram implementadas pelos governantes desse período, mas só na gestão do governador Flávio Dino, esse número começou a cair. De acordo com pronunciamentos oficiais, essa queda foi resultado direto de

investimentos feitos em segurança pública, articulados com uma política específica para a área.

No dia 21 de dezembro de 2015, entrou em vigor no Estado do Maranhão a Lei no 10.387, proposta e sancionada pelo governador Flávio Dino, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Esta lei institui o Pacto pela Paz (PPP), destinado a “promover e apoiar esforços das instituições públicas, entidades da sociedade civil e cidadãos, visando à redução da violência e à difusão de uma cultura da paz, do respeito às leis e aos direitos humanos”. De acordo com a referida Lei, o PPP é coordenado por duas instâncias, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública. De um lado, portanto, Direitos Humanos. De outro, Segurança Pública. Entre eles, o “Diagnóstico da Segurança Pública”, produzido pelo IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos), subsidiando os debates sobre políticas de segurança, justiça e direitos humanos que orientam as propostas realizadas no âmbito do PPP.

A política implantada é declaradamente inspirada no Pacto Pela Vida, inaugurada em 2007 no Estado de Pernambuco e celebrada por seu idealizador (Ratton et al., 2014), alguns de seus colegas (Zaverucha e Pereira da Nóbrega Júnior, 2015), membros do Governo do Estado de Pernambuco e organismos internacionais (como o Banco Interamericano de Desenvolvimento) como um exemplo de política pública para a área de segurança. Afinal, o Estado de Pernambuco foi o único no Nordeste a apresentar queda nos índices de homicídio entre os anos de 2007 e 2012. No entanto, o pernambucano Pacto pela Vida é amplamente criticado por moradores vítimas de violência e movimentos sociais, como bem descreve Morawska (2018): “Aplicava-se o modelo de gestão por resultados apenas para as atividades de repressão; não havia o mesmo monitoramento criterioso para as atividades de prevenção à violência, eventuais e pouco estratégicas”.

Neste ponto, o Pacto Pela Vida do Estado do Maranhão se difere logo de início ao procurar criar mecanismos para a prevenção à violência e participação popular. A mesma lei que cria o PPP, alterada pela Lei no 10.416, também institui os Conselhos Comunitários pela Paz – CCP, compostos por 7 a 25 integrantes da comunidade, além de dois representantes do Sistema Estadual de Segurança Pública, cujo objetivo é aproximar instituições policiais e comunidade em fóruns nos quais as ações do poder público seriam debatidas e avaliadas para o encaminhamento de demandas e elaboração de campanhas de caráter preventivo.

Ainda assim, prevalece como central no PPP (como é no Pacto Pela Vida) as tecnologias de gestão do crime e da segurança. Tal como no Estado de Pernambuco, onde

foram criados sofisticados mecanismos para gerenciar e diagnosticar os casos de violência , no Maranhão os dados produzidos pelo IMESC subsidiariam os debates, fundamentariam as decisões e mensurariam os resultados. Em solenidade relativa à implementação do PPP, o presidente do IMESC anunciou a construção de um banco de dados “para verificar onde a violência acontece e com que frequência, quais os tipos de violência mais comuns em cada região, quais são os horários em que ela mais acontece, quem são as vítimas, quem os pratica e qual é a classificação por gênero e idade”, bem como a apresentação de relatórios parciais trimestrais de acompanhamento da execução das ações de monitoramento . Tratar-se-ia da mesma tecnologia de georreferenciamento implantada em Pernambuco que, entretanto, associa criminalidade a condições de habitação, renda e educação, produzindo “uma avaliação das ‘causas complexas’ da criminalidade que ao menos desde a época da Velha República era pregada pelos chefes de polícia em Pernambuco, para quem se tratava, como mostra Villela (2011, p. 64), de ‘miséria existencial refletida na falta de instrução, por não frequentarem a escola, e de educação, por estarem imersos em meio corrompido’” (Morawska, 2018).

Abordando essa política como uma tecnologia social de gestão do crime, este artigo pretende contribuir não só para uma discussão sobre a política de segurança pública do Estado do Maranhão como também para o debate sobre tecnologias de intervenção social . Unindo, por um lado, pesquisa de campo (junto a agentes estatais responsáveis pelo planejamento, elaboração e execução de projetos de prevenção e combate ao crime e junto a conselhos de comunidade envolvidos nesses projetos) e, por outro, pesquisa documental (que interrogou relatórios, levantamentos, estudos, análises, documentos oficiais, legislações), este artigo propõe, ainda, uma reflexão sobre as continuidades e discontinuidades entre as tecnologias de gestão do crime desenvolvidas na Escola de Chicago e aquelas executadas no âmbito da política de segurança pública do Estado do Maranhão durante a gestão do governador Flávio Dino.

O artigo é dividido em três seções. A primeira abordará o modo como a linha de pesquisa de Ecologia Humana desenvolvida na Escola de Chicago marcou o início dos estudos sistemáticos envolvendo mapeamento do crime. Em seguida, discutirei como as tecnologias que foram formuladas em Chicago, bem como as suas atualizações contemporâneas, estão intimamente relacionadas a um modo específico de produção de conhecimento que caracteriza a Modernidade. Na terceira seção, abordarei o encontro dessa tecnologia social, bem como das reflexões que (ainda) a sustentam, com o Programa de Segurança Pública implementado no Estado do Maranhão durante o governo de Flávio Dino,

o Pacto Pela Paz. Com isso, pretendo mostrar como uma tecnologia de intervenção social formulada há um século se atualiza não somente no controle das práticas criminosas, mas, também, no controle dos corpos, da circulação de pessoas e, sobretudo, na gestão urbana.

## **A ESCOLA DE CHICAGO E A ECOLOGIA HUMANA**

Entre 1850 e 1890, a cidade de Chicago, situada no Estado de Illinois, Estados Unidos, experimentou um notável crescimento demográfico, transformando-se de uma localidade sem importância no oeste norte-americano na segunda maior cidade do país, com mais de um milhão de habitantes. Dentro desse contingente populacional, havia um expressivo número de imigrantes oriundos de diversas nações (Matthews 1977). A isso se somavam migrantes negros e brancos provenientes do sul dos Estados Unidos. Nas décadas subsequentes, Chicago continuou sua trajetória de crescimento, alcançando mais de três milhões de habitantes em 1930. “Vai se constituindo, em poucas décadas, uma metrópole que apresenta uma sociedade heterogênea, complexa e diversificada em termos étnicos, econômicos e culturais” (Velho 2000). Além da variedade linguística e cultural, o aumento populacional foi acompanhado por um crescimento da prostituição, da delinquência, e por problemas relacionados à habitação e ao saneamento.

Neste contexto, foi estabelecida a Universidade de Chicago, assim como seu Departamento de Sociologia e Antropologia. A partir desse momento, os estudos focados na própria cidade começaram a emergir. Em muitas dessas pesquisas, é perceptível uma profunda preocupação com os problemas sociais resultantes do crescimento populacional urbano. A Escola de Chicago, como ficou conhecida, destacou-se não por uma abordagem teórica rígida, mas por concentrar seus estudos nos fenômenos urbanos. Enquanto pensadores europeus, como Simmel (2005 [1903]), Weber (1967 [1921]) e Engels (2007 [1845]), refletiam sobre as transformações das cidades medievais após a Revolução Industrial, os estudiosos de Chicago estavam voltados para os impactos da migração e os problemas associados ao crescimento populacional. Entre as preocupações centrais, destacavam-se as questões de crime e delinquência, que figuravam como temas prioritários nas investigações dessa escola.

Uma das mais significativas contribuições da Escola de Chicago foi a linha de pesquisa conhecida como “ecologia humana”. Voltada para compreender e propor soluções para os desafios relacionados à densidade populacional urbana, como delinquência, criminalidade, desorganização social, prostituição e problemas sanitários, essa abordagem estava

intrinsecamente ligada ao caráter prático e experimental da ciência desenvolvida pela Escola. Entre os principais pesquisadores dessa vertente destaca-se Robert Park. Embora tenha sido aluno de Georg Simmel e apresente em seus trabalhos traços da influência do mentor, Park diferencia-se ao buscar inspiração na biologia. Ele propõe uma perspectiva inovadora para estudar os efeitos do ambiente sobre o comportamento humano. Sua abordagem não se limitava ao estudo isolado do homem ou da cidade, mas focava na interação do homem com seu ambiente urbano. Nesse sentido, Park se dedicou a decompor e examinar como os aspectos da natureza humana interagem com o espaço em que as pessoas vivem. A partir dessa compreensão, ele acreditava ser possível projetar intervenções no ambiente físico que resultassem em transformações comportamentais nos indivíduos que ali habitavam.

Para conduzir esse projeto, que consistia no estudo do homem nas cidades, era fundamental analisar os processos urbanos a partir de uma perspectiva espacial. Foi nesse contexto que Park encontrou inspiração nos modelos da biologia para compreender a distribuição espacial dos habitantes urbanos. Ele utilizou processos biológicos que constituem e regulam as relações dos organismos com o meio (mutação, adaptação, eliminação, subordinação, dominância, invasão, rivalidade, simbiose, sucessão, distribuição) como referências para interpretar as dinâmicas de ocupação, deslocamento, distribuição e interação das populações no espaço urbano, bem como suas relações com as instituições. Esse modelo de análise ambiental permitiu a Park decompor, classificar, descrever, analisar e registrar as características e comportamentos das populações nas cidades.

A partir dessa base, Park propôs a ideia de áreas naturais da cidade, pequenos mundos que compunham um mosaico (que formaria a cidade) e que, como em um laboratório, poderiam ser isoladamente pesquisadas, classificadas, documentadas, interpretadas detalhadamente. Esse método possibilitava identificar os impactos sociais prejudiciais que afetavam as pessoas e intervir nas causas ambientais desses problemas. Associado à ideia de "áreas naturais", surgiu o conceito de "regiões morais", que designava espaços de solidariedade onde indivíduos compartilhavam características pessoais comuns e, principalmente, um código moral distinto. Essa abordagem estabeleceu a base para os estudos da Escola de Chicago sobre o crime, que destacavam a conexão entre a formação de grupos delinquentes e as particularidades dos territórios que ocupavam.

Esse ponto é claramente ilustrado no estudo de Thrasher (1927) sobre 1.313 gangues de Chicago. O próprio Robert Park assina o prefácio da obra, destacando que o foco do livro não está apenas nas gangues em si, mas também em seus habitats e nas condições específicas que



moldaram suas estruturas e comportamentos. Para o autor, as gangues representam uma forma de patologia social, originada de circunstâncias sociais e ambientais particulares. As ideias de "anomia" e "patologia social" de Durkheim (1974 [1895], 2000 [1897]), alinhadas com a perspectiva biológica que inspirava muitos pesquisadores da Escola de Chicago, tornaram-se elementos centrais nas análises ali conduzidas.

Diversos outros estudos foram realizados com o objetivo de compreender quem eram esses delinquentes e, ao mesmo tempo, aprofundar o conhecimento sobre as regiões morais distribuídas dentro das áreas naturais da cidade. Além das histórias de vida e das descrições etnográficas, os pesquisadores começaram a elaborar mapas que localizassem essas regiões morais no interior da cidade. A figura a seguir ilustra um desses mapas, criado pelo próprio Thrasher, no qual as gangues são localizadas no mapa, já classificadas:

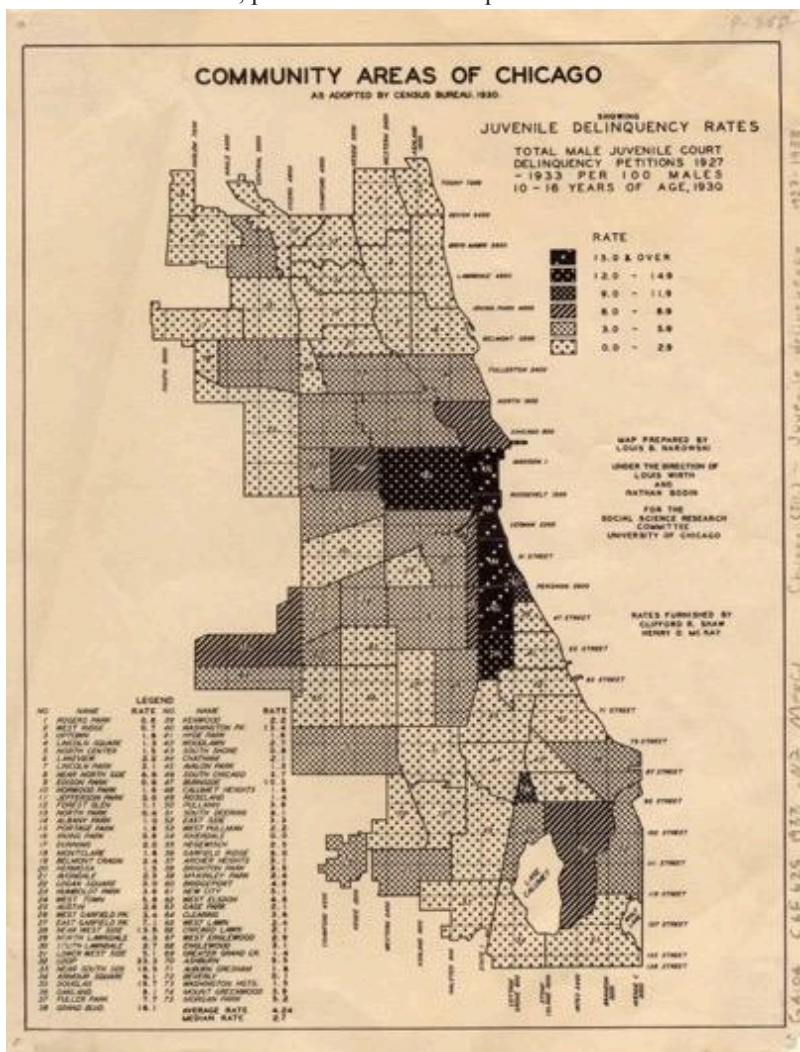
Figura 1: Chicago's gangland, de Frederic M. Thrasher.



Fonte: <https://www.lib.uchicago.edu/e/collections/maps/chisoc/>.

Os mapas desenvolvidos pelos pesquisadores da Universidade de Chicago, parte integrados aos seus estudos, representavam uma tecnologia imagética profundamente vinculada à tecnologia social que ali surgira. Nesses mapas, eram registradas as regiões morais e os grupos sociais que ali se formavam, devidamente classificados e posicionados no espaço urbano, conforme ilustrado na imagem a seguir:

Figura 2: Mapa com taxas de delinquência juvenil. Preparado por Louis B. Narowski sob orientação de Louis Wirth e Nathan Bodin, para o Comitê de Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade de Chicago.



Fonte: <https://www.lib.uchicago.edu/e/collections/maps/chisoc/>.

Ao utilizar a análise ambiental para abordar questões relacionadas ao crime, os pesquisadores de Chicago estabeleceram uma conexão sistemática entre crime e espaço. Essa relação, conforme aponta Hirata (2010), continua sendo a base tanto para os “estudos sobre a chamada ‘criminalidade urbana’” quanto para as estratégias de “gestão da violência urbana”. De acordo com o autor,



a riqueza dos diagnósticos e prognósticos de Chicago é incomensurável. Eles iluminam de maneira precisa a forma pela qual, do ponto de vista do governo das populações urbanas, o crime é concebido, medido, organizado e combatido, portanto, oferecem uma poderosa grade de legibilidade das ações governamentais. Talvez, a lição mais importante do legado de Chicago seja a demonstração da pertinência do crime como fenômeno urbano e espacialmente organizado na perspectiva da boa gestão governamental das cidades.

De acordo com Daniel Hirata, trata-se da criação de “uma tecnologia de intervenção social”. No entanto, também se refere a uma tecnologia de representação imagética do espaço urbano, como já mencionado, profundamente conectada à primeira. Afinal, foi ao dispor os indivíduos no espaço que os pesquisadores de Chicago puderam realizar seus procedimentos de decomposição, análise, classificação, descrição, documentação, sempre orientados por suas intenções pragmáticas e experimentais. Não por acaso, esses métodos são típicos de laboratórios, uma vez que Park (1929) argumenta que a cidade deve ser encarada como um laboratório social, onde métodos científicos poderiam ser aplicados para gerar um conhecimento sistemático sobre as dinâmicas urbanas<sup>2</sup>.

Ao contrário dos estudos dos reformadores, frequentemente descritos como filantrópicos, benevolentes e assistencialistas (Topalov, 1996), os especialistas de Chicago desenvolveram métodos próprios para uma análise moderna e rigorosamente científica das cidades e suas populações, em linha com os procedimentos empregados por seus colegas modernos, parafraseando Latour (1994), em seus laboratórios. Assim, os primeiros estudos de Ecologia Humana realizados em Chicago marcaram o início da produção de conhecimento sobre o crime paralelamente à investigação científica da cidade, ambos recorrendo a procedimentos de análise moderna para a criação de uma tecnologia imagética e apontando para práticas de gestão urbana.

Mas essa mesma tecnologia moderna de gestão da população, como pretendo abordar a seguir, não é resultado apenas dos esforços feitos em Chicago; ela é, também, produto do pensamento moderno.

---

<sup>2</sup> Não foi somente Park que se valia dessa analogia. Outros pesquisadores de Chicago também propuseram pensar as cidades como laboratórios (Breckinridge & White, 1929; Burgess, 1925; Palmer, 1928; Park, 1925: 22, 45–46; Smith, 1929: 221). A explicitação dessa perspectiva pode ser encontrada no seguinte trecho escrito por Burgess: “In chemistry, physics, and even biology the subjects of study can be brought into the laboratory and studied under controlled conditions... The objects of social science research, as persons, groups, and institutions, must be studied if at all in the laboratory of community life” (Burgess, 1925: 47).

## MODERNIDADE: URBANIZAÇÃO E CIÊNCIA

Segundo Latour (1994), a Modernidade estabeleceu um novo sistema de pensamento, uma nova ontologia. O núcleo desse sistema de pensamento é a distinção entre sujeito e objeto de conhecimento, entre nós e outros, entre modernos e não modernos. Essas divisões, realizadas em prol da verdade dos fatos, geraram processos de purificação ao mesmo tempo em que decorriam deles. E essas separações, essas purificações se proliferaram. Uma delas – pode-se dizer – se manifesta no debate sobre as características, alcances e abrangência do conceito de Modernidade.

No entanto, a conexão profunda da Modernidade com uma certa ontologia ocidental, ou mais precisamente, com uma tradição de pensamento ocidental, não me parece ser um tema de controvérsia. Afinal, a Modernidade também está ligada ao surgimento do capitalismo, ao indivíduo contemporâneo e às cidades contemporâneas. Estes foram os tópicos abordados por pensadores clássicos que buscaram compreender esse novo mundo que se apresentava: Karl Marx, Max Weber, Georg Simmel, Émile Durkheim, apenas para mencionar alguns dos mais proeminentes. Mas também foi um assunto para o qual Michel Foucault contribuiu significativamente. Foucault (1996), utilizando outros materiais, estratégias analíticas e abordagens metodológicas, demonstra que a fixação, classificação e distribuição dos indivíduos no espaço, juntamente com o exame e registro, constituem o núcleo da sociedade disciplinar, moldando não apenas a prisão contemporânea, mas também – e principalmente – o indivíduo contemporâneo e as ciências humanas.

De um lado, encontramos um modo de pensamento; de outro, um modo de existência, de vida (urbano, individualista, capitalista, moderno). No primeiro, estabelece-se a separação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. No segundo, configuram-se os objetos de preocupação — capitalismo, indivíduo e cidades modernas — desses novos sujeitos de conhecimento: os especialistas. A Escola de Chicago ilustra bem esse encontro, em que um novo objeto de estudo se articula com a emergência de um novo tipo de especialista, intensificando o uso de práticas científicas modernas na análise dos problemas gerados pela própria modernidade. Para lidar com as misturas intensas e indesejadas, características dos aglomerados urbanos, os pesquisadores dessa Escola realizaram, conforme mencionado anteriormente, processos de decomposição, individualização, análise, classificação, descrição e documentação. Primeiramente, desfazem-se as misturas, decompondo a multidão em indivíduos. Realiza-se sua mais pura individualização para, em seguida, classificá-los, muitas

vezes reagrupando-os segundo critérios taxonômicos. Cada indivíduo é fixado em um lugar específico, distribuído espacialmente, o que permite um exame mais detalhado, bem como sua descrição, documentação e análise. Assim, esses indivíduos tornam-se não apenas objetos de um saber especializado, mas também alvos de intervenções pautadas e legitimadas por esses mesmos saberes.

Ao tratar a cidade como um laboratório, portanto, os pesquisadores de Chicago adotaram procedimentos de purificação, com vistas a intervenções que tivessem fundamentos verdadeiramente científicos. Esses procedimentos científicos modernos foram fundamentais para dispor o crime no espaço, interrompendo seu movimento inerente e desfazendo as misturas que lhe eram características. Como mencionei anteriormente, esses esforços geraram tecnologias para a gestão da violência nas cidades, gestão populacional, produção de imagens e intervenção social, todas elas intrinsecamente ligadas. São tecnologias fundamentadas na estabilização dos movimentos e no enfrentamento de misturas, fundamentadas em um pensamento que se caracteriza pelo mesmo esforço.

Ao longo dos anos, essas tecnologias imagéticas e sociais ganharam sofisticação com o desenvolvimento de outras tecnologias, ligadas aos sistemas de informação e computacionais. Novos recursos para a produção de estatísticas e para o mapeamento do crime passaram a ser utilizados, tanto em estudos científicos quanto na gestão da segurança. E essa utilização passou também a ser objeto de pesquisas no âmbito dos Estudos de Vigilância, sobre Segurança, mas também nos que se dedicam à Ciência e Tecnologia (Cardoso, 2014; Firmino e Duarte, 2016; Kanashiro, 2006; Lyon, 1994).

No geral, os esforços são direcionados a investigar quais e como atores humanos e não humanos são mobilizados em nome de uma segurança eficiente, mas também quais os modos e as intensidades de controle sobre as populações são produzidos. A vigilância por meio de dados (*dataveillance*) reúne tecnologias capazes de coletar e monitorar dados e fluxos automaticamente, como GPS, internet e *smartphones* (Marx, 2015; Peron, Alvarez e Campello, 2018). Os dados coletados, por sua vez, alimentam a produção de mapas que continuam a orientar a gestão urbana.

Em 1999, o National Institute of Justice (NIJ) dos Estados Unidos publicou um produto de pesquisa sobre mapeamento de crime (Harries, 1999), um guia produzido pelo Crime Mapping Research Center (CMRC)<sup>3</sup>. O guia aborda os avanços tecnológicos, fala das

---

<sup>3</sup> O CMRC foi criado em 1997 para pesquisar o uso do mapeamento analítico nos departamentos de polícia e desenvolver programas de treinamento para aprimorar a capacidade desses departamentos no uso de mapas. Em 2002, o

potencialidades do uso dos sistemas de informação para a elaboração dos mapas, oferece diretrizes para o uso dos mapas. No entanto, logo no início, em capítulo dedicado a apresentar contextos e conceitos do mapeamento de crime, o guia reconhece que a linha de pesquisa de Ecologia Humana desenvolvida na Escola de Chicago marcou o início dos estudos sistemáticos envolvendo mapeamento do crime.

De fato, apesar da sofisticação dos softwares utilizados pelos institutos especializados, da clareza estética proporcionada por eles e da novidade dos resultados mensurados, tudo isso apenas atualiza a tecnologia formulada nos primeiros anos da Escola de Chicago. Em outras palavras, seu fundamento epistemológico se mantém.

A seguir, abordarei o encontro dessa tecnologia social, bem como das reflexões que (ainda) a sustentam, com o Programa de Segurança Pública implementado no Estado do Maranhão durante o governo de Flávio Dino, o Pacto Pela Paz.

## **PACTO PELA PAZ**

Depois de alguns anos estudando pessoas praticantes de atividades criminalizadas (Biondi, 2010; 2017; 2018), em 2018 decidi investir na pesquisa sobre o Pacto Pela Paz (PPP), política pública que visa a redução da violência e um dos principais programas de governo do Estado do Maranhão. Eu estava há poucos meses no Maranhão e chamava minha atenção o logotipo do Pacto Pela Paz impresso nos carros de polícia e a grande publicidade que se fazia a seu respeito. Inicialmente, estudei os documentos públicos acerca do programa: notícias sobre sua implementação, legislações pertinentes, entrevistas de autoridades, publicidade oficial, relatórios de governo.

A partir desse conjunto documental, verifiquei que a ideia geral do programa era conjugar Direitos Humanos e Segurança Pública, a fim de diminuir os índices de violência por meio da implementação daquilo que davam o nome de uma “cultura de paz”. Isso se expressa na sua própria formação: oficialmente, de acordo com a lei de sua instituição, o Pacto Pela Paz é coordenado por duas instâncias, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública, com o suporte dos relatórios e diagnósticos produzidos pelo IMESC (Instituto Maranhense de Estudos

---

CMRC evoluiu para o programa Mapping and Analysis for Public Safety (MAPS) do NIJ, que se dedica ao estudo do uso de mapas para analisar crimes, à análise de dados espaciais, ao exame da forma como mapas podem ajudar pesquisadores a avaliar programas e políticas e, finalmente, ao desenvolvimento de ferramentas de mapeamento, compartilhamento de dados e análise espacial.

Socioeconômicos e Cartográficos) e dos Conselhos Comunitários pela Paz (CCPs), de atuação distrital, formados por membros do poder público e sociedade civil.

Com base nisso, inferi que o programa teria relativa autonomia em relação aos órgãos de segurança e que suas ações eram tecnicamente embasadas nos relatórios do IMESC e orientadas pelas demandas provenientes dos CCPs. Deduzi também que, dada a publicidade e centralidade do PPP, ele contaria com grande equipe, trabalhando em um edifício próprio, com espaço amplo e boa infraestrutura. Era isso que eu esperava ver na minha primeira visita ao órgão, em companhia de três alunos que faziam parte de minha equipe de pesquisa<sup>4</sup>.

Essa imagem que eu tinha na minha mente já começou a se desfazer quando, ao agendar a visita, soube que o gabinete do Pacto Pela Paz funcionava dentro do prédio da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Ele não tinha, portanto, uma sede própria que expressasse relativa independência dos trabalhos. Quando chegamos ao prédio da Secretaria, após registrarmos nossa entrada na recepção, fomos orientados a subir as escadas e entrar na sala à direita. Uma pequena placa identificava o PPP. A visibilidade e centralidade que o programa tinha para o público não correspondia à que lhe era destinada dentro do prédio.

No dia da visita, como é de se esperar da sede organizacional da Segurança Pública do Estado, muito policiamento e certa burocracia na entrada. Fomos encaminhados a uma sala pequena que comportava sete mesas, com respectivos computadores e cadeiras, uma impressora, uma televisão de tubo, alguns armários e quatro assentos, provavelmente destinados a acomodar eventuais visitantes. Chamou minha atenção o aspecto antigo dos móveis e a quantidade de papéis, que ocupavam todos os espaços possíveis das mesas e estantes, mas também afixados nas paredes. Aquele era o gabinete do Pacto Pela Paz.

Fomos recebidos por um dos funcionários que estava no local e orientados a nos sentarmos naqueles assentos que ficavam perto da porta. Após alguns telefonemas, esse funcionário informou que a pessoa com quem conversaríamos havia atrasado em função de um imprevisto nas atividades externas que executava naquele dia, mas que não demoraria muito a chegar. Aproveitamos a espera para observar o ambiente, o trabalho daqueles funcionários e o fluxo de pessoas, assim como para conversar informalmente com alguns deles.

---

<sup>4</sup> A pesquisa em questão recebeu apoio financeiro da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão), por meio do Edital Universal de 2018, e que os membros da equipe de pesquisadores de Iniciação Científica receberam bolsas do Programa PIBIC da Universidade Estadual do Maranhão.



Ficamos sabendo que aqueles funcionários – todos homens – eram policiais que estavam em atividades administrativas, mas que já haviam trabalhado nas ruas anteriormente. Logo lembrei que, em São Paulo, meu Estado natal, é muito comum que policiais afastados das ruas por alguma atividade irregular ou por estarem respondendo processo povoem as áreas administrativas. Eram vistos, muitas vezes, como policiais problemáticos. Entretanto, essa comparação não se mostrou pertinente. Ao longo da conversa informal, quando falávamos sobre o curso que cada um dos estudantes fazia na Universidade, soubemos que todos os funcionários que trabalhavam naquele gabinete tinham ensino superior: um em história, outro em direito, outro em gestão de pessoas... Disseram que essa formação intelectual diferenciava aquela equipe e a habilitava a atuar no PPP. Esse aspecto, ressaltado diversas vezes durante nossa visita, dava a entender que ali estava reunida algo como a elite intelectual das polícias civil e militar do Estado do Maranhão.

Um quadro de avisos perto da entrada da sala chamou nossa atenção. Por entender que um ambiente policial é repleto de sigilos, perguntei se poderíamos ver o quadro mais de perto, ler os avisos afixados, o que foi autorizado. Papéis parcialmente sobrepostos misturavam diversos assuntos: convites para “Ações Sociais” em algumas comunidades, a letra de uma canção gospel, circulares internas, portarias, lista atualizada dos Conselhos Comunitários pela Paz, convite para um culto ecumênico de Dia das Mães, uma espécie de leque de papel com os dizeres “respeito à religiosidade”, convocação para reuniões, uma lista de boas condutas a serem seguidas pelos agentes, relação de aniversariantes, um grande cartaz com o Salmo 91.

Depois de ver e registrar o quadro de avisos, minha atenção se direcionou para o que estava afixado em outra parede: um mapa do Estado do Maranhão repleto de pins de diferentes cores, marcando algumas localidades. Não havia legenda sobre o que os pins estavam marcando e o que significava cada uma das cores, mas sua presença ostensiva ali marcava, de algum modo, os esforços para a análise e para a gestão especializada da segurança pública.

Mais ao lado, preso à parede, havia um chamativo quadro, grande e emoldurado, que reproduzia o marcador bíblico que era entregue a alguns visitantes do gabinete e participantes do programa. Na parte superior do marcador, a frase “Ore pela Segurança Pública” aparecia em destaque, seguida das logomarcas do Pacto Pela Paz e dos Conselhos Comunitários. No centro, em destaque, estava estampado um excerto de uma passagem bíblica “...procura a paz e empenha-te por alcançá-la (Salmos 34:14b)”.

Figura 3,4 e 5: Quadro de avisos, Mapa do Maranhão e Quadro afixado na parede da sede do Pacto Pela Paz.



Fonte: Acervo do projeto.

Na parte inferior do quadro, em letras menores, estavam impressos alguns telefones úteis: Coordenação Geral do PPP, Polícia Militar, Superintendência Estadual de Investigações Criminais, Bombeiros e Patrulha Maria da Penha. Além de ser distribuído como material de divulgação a alguns visitantes do gabinete (nós mesmos recebemos um), o marcador que o quadro reproduzia acompanhava (soube posteriormente) uma bíblia que era entregue no ato de posse dos Conselheiros Comunitários pela Paz.

Elementos religiosos, especificamente cristãos, marcavam o ambiente. Um grande quadro com a imagem de Jesus Cristo e um crucifixo decorava uma das paredes, ao lado da foto do Governador do Estado (então integrante do Partido Comunista do Brasil) e de um banner com a identidade visual do PPP. Em algumas mesas, objetos com símbolos religiosos dividiam espaço com papéis empilhados.

Das sete estações de trabalho que dividiam aquele espaço, quatro mesas, as que estavam mais ao fundo da sala, eram identificadas com plaquinhas onde se lia “área leste”, “área norte”, “área sul” e “área oeste”. Logo atrás delas, encostado na parede do fundo, havia um arquivo de metal contendo quatro grandes gavetas com as mesmas identificações. Parecia um registro visual da dinâmica organizacional do PPP, tal como disposto nos documentos sobre o programa.

Figura 6: Sala da sede do Pacto Pela Paz.



Fonte: Acervo do projeto.

Perguntei a um dos funcionários que conversavam conosco se aquelas identificações correspondiam à divisão administrativa do PPP. Ele respondeu que as quatro áreas dividem a região metropolitana de São Luís, cada uma possui um responsável no comando organizacional do PPP, e que aquela subdivisão seguia a forma de organização interna da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar. Ainda segundo ele, essa forma de divisão da cidade orientava o modo como os Conselhos Comunitários Pela Paz se articulavam aos Batalhões da Polícia Militar e às delegacias de Polícia Civil.

Chamou minha atenção a ausência, naquele ambiente, do que deveria ser outro ator central no programa: a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular. Se nas leis que o criam e regulamentam, o PPP deveria ser coordenado igualmente pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e pelo Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública, apenas o último se mostrava presente. A esse respeito, os funcionários ressaltaram que a formação e perfil deles são condizentes com o objetivo central do programa, de aliar segurança pública e direitos humanos. Eles enfatizam Para eles, segurança pública é muito mais do que ação policial, pois abarca “direitos sociais como um todo” e, principalmente, “diálogo com a sociedade”. Destacaram que, nas reuniões mensais dos Conselhos Comunitários pela Paz com o Comandante do Batalhão da Polícia Militar de sua respectiva área, os problemas debatidos incluem questões sobre educação e saúde. Além disso,

afirmaram, demonstrando certo orgulho, que aos sábados é comum fazerem visitas às comunidades mais carentes, geralmente em “ações sociais”. Mostraram-nos algumas fotos e panfletos de divulgação dessas ações, e um deles afirmou: “onde o poder público não chega, nós chegamos. Onde há mais famílias carentes, é lá que o Pacto pela Paz está”.

Isso me fez pensar que, ao invés de atuar em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, os agentes de segurança expandiram suas atribuições para o que entendem ser “Direitos Humanos”. “O Pacto pela Paz é a junção de todos os outros programas voltados para o bem estar social” certamente foi a frase que melhor verbalizou essa postura.

Nesse momento da conversa, chegou o coordenador com quem havíamos agendado a visita. Ele enfatizou que a equipe do PPC era toda composta por policiais que possuem formação superior, constituindo um setor diferenciado “daquela polícia que enfia o pé na porta das casas”. Entretanto, o coordenador afirmou que boa parte da demanda dos Conselheiros Comunitários é por policiamento<sup>5</sup>.

Ao longo da conversa, tentei saber mais sobre a parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e com IMESC (que produziria os relatórios e diagnósticos do PPP). Sabe-se que diversos gestores de segurança em todo o mundo recorrem a tecnologias de georreferenciamento, capazes de produzir, de acordo com pesquisadores mencionados acima, outras racionalidades visuais para o crime. No entanto, essas tecnologias não atraíram a atenção dos gestores do Pacto Pela Paz. Nas palavras de um dos coordenadores ao se referir ao instituto responsável pelo georreferenciamento, “eles fazem a parte mais de estudos, sabe?”. Quando perguntei se os estudos do IMESC baseavam as ações do PPP, ele respondeu: “não, o que eles fazem tem outro destino. Nós é que estamos na linha de frente. Temos a nossa própria área de inteligência”.

Depois de mais alguns minutos de conversa, da fotografia registrando o momento e de receber alguns materiais institucionais de divulgação (que incluía, como mencionei anteriormente, um marcador bíblico), nos despedimos. Ao sairmos, vimos uma senhora fazendo uma queixa de animais abandonados em sua comunidade, buscando o apoio do programa para uma campanha.

---

<sup>5</sup> Nesse quesito, o Governo do Estado direcionou grandes investimentos da gestão na contratação de policiais. De fato, o policiamento ostensivo no Estado do Maranhão teve um aumento de efetivo de quase 50% ao longo do governo Flávio Dino: em 2014, havia 10269 policiais militares e, em 2022, esse número cresceu para mais de 16000.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: POLÍCIA E GESTÃO URBANA

A atenção de todo um contingente de pesquisadores e de gestores está direcionada para o uso dos aparatos sociotécnicos (como vigilância de dados, reconhecimento facial, novas tecnologias de mapeamento) na segurança pública, o que vem impulsionando importantes discussões éticas, políticas, científicas e epistemológicas. No entanto, esse mesmo aparato parece ser menosprezado (senão desprezado) pelos gestores do PPP na condução de suas atividades. Afinal, dizem que possuem sua “própria área de inteligência”. Não me foi dado a conhecer detalhes sobre como e o que se produz por meio dessa inteligência, mas a pesquisa etnográfica sobre o PPP evidenciou outra tecnologia de gestão da população implementada no Estado do Maranhão. Essa tecnologia, apesar de não contar com equipamentos computacionais de ponta e softwares sofisticados, me parece muito requintada. Trata-se dos já mencionados Conselhos Comunitários pela Paz (CCP’s), mecanismos que visam promover a participação popular na segurança pública. Na linha de outras iniciativas que incentivam formas de policiamento baseadas na comunidade (Cruz, 2009; Fraiman y Rossal, 2009; Garland, 2008; Moraes, 2011), os CCP’s são compostos por integrantes da comunidade e representantes do sistema estadual de Segurança Pública.

Ao mesmo tempo em que desprezava os relatórios do instituto responsável pelo georreferenciamento, que poderiam ser fontes sistemáticas de informações, o coordenador do PPP ressaltou a participação da comunidade, na figura dos Conselheiros Comunitários: “eles são grandes parceiros”. Os CCPs são vistos, de fato, como fontes de informações não-sistemáticas, mas fundamentais para os responsáveis pelo PPP definirem suas ações. Esses “parceiros” são, em sua maioria, o que poderia ser considerado uma certa elite de seus bairros<sup>6</sup>, em sua maioria comerciantes e pequenos empresários, cujas expectativas são de fazer crescer o comércio e diminuir o sentimento de insegurança nas localidades em que os Conselhos funcionam (Almeida, 2019). A segurança pretendida diz respeito, portanto, majoritariamente, à economia local, aos comércios, à segurança patrimonial.

No entanto, se o foco é a segurança patrimonial, o controle continua a ser sobre os corpos, sobre o trânsito, sobre a distribuição dos indivíduos no espaço. As identificações de

---

<sup>6</sup> Nem toda pessoa é aceita como conselheira do CCP. É necessário passar por uma triagem e por uma formação. Ao ingressar no conselho, ela recebe o “Manual do Conselheiro” e um “Guia sugestivo de como ser um Conselheiro Padrão”, onde são encontradas orientações sobre como o conselheiro deve se comportar. Além disso, o conselheiro recebe uma bíblia com a imagem da Secretária de Segurança Pública do Estado do Maranhão estampada na capa, acompanhada de um marcador de página com os escritos “ore pela segurança pública”.



“área leste”, “área norte”, “área sul” e “área oeste” presentes nas estações de trabalho e no arquivo de metal que ficam na sala da sede do Pacto Pela Paz são a expressão, materializada, dessa tecnologia. Como afirmei anteriormente, essa forma de divisão da cidade orienta o modo como os Conselhos Comunitários Pela Paz se articulam aos Batalhões da Polícia Militar (PM) e às delegacias de Polícia Civil. Adicionalmente, grupos de WhatsApp mantêm os batalhões da PM em contato direto com os Conselheiros, que os mantêm informados sobre quando alguma pessoa estranha (que não é moradora do bairro) transita por lá, quando jovens se reúnem em algum lugar para uso de drogas, quando algum ônibus é assaltado. Também nesses grupos, os Conselheiros demandam solução de problemas diversos, como coleta de lixo, iluminação pública, animais abandonados, falta de atividade para crianças em contraturno à escola etc.

Por seu lado, os policiais buscam atender todas essas demandas, excedendo a competência de suas funções e passando a atuar na gestão urbana de modo mais amplo ao mediar a comunicação com as secretarias e serviços públicos responsáveis, ao promover atividades para crianças e ações sociais diversas. Ao invés de investir em parcerias com as demais secretarias de estado e empresas prestadoras de serviços, os policiais canalizam o contato com as “comunidades” e assumem para si toda e qualquer demanda. Temos, aqui, uma expansão da atuação da Polícia Militar para os mais diversos campos de gestão urbana. Muito mais do que uma política de segurança pública, o PPP se efetua como uma política de gestão urbana.

O funcionamento dos CCPs viabiliza, por um lado, uma forma específica e espacializada de levantamento de informações e, por outro, certo controle sobre as pessoas e suas comunidades. Tem-se, com isso, uma forma de se saber o que ocorre em cada localidade específica, que tipos de pessoas convivem por lá, quais os crimes mais notados. A partir dos Conselhos espalhados por toda a cidade, é possível falar, sobretudo, de uma tecnologia de espacialização que remonta às propostas da Escola de Chicago. Divide-se a cidade em setores, fixa-se as pessoas a elas, instala-se mecanismos de levantamento de informações, destina-se policiais para a região, documenta-se os resultados. Vemos, aqui, como a distribuição dos indivíduos no espaço urbano, juntamente com os instrumentos propostos pela Escola de Chicago para decomposição, individualização, fixação, distribuição espacial, classificação, intervenção e documentação ainda vigora na produção de dados sobre o crime, mas também na gestão da população e da cidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo. **Os Conselhos Comunitários pela Paz como zona de intersecção entre Segurança Pública e Direitos Humanos**. Relatório final de PIBIC, Mimeo. São Luís: UEMA, 2019.

AMOORE, Louise. **The Politics of Possibility: Risk and Security Beyond Probability**. Durham: Duke University Press, 2013.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, Karina. Políticas prisioneiras e gestão penitenciária: incitações, variações e efeitos. *Etnográfica*, Lisboa, v. 21, n. 3, 2017.

BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

BRECKINRIDGE, S. P.; WHITE, L. D. Urban Growth and Problems of Social Control. In: SMITH, T. V.; WHITE, Leonard D. (org.). **Chicago: An Experiment in Social Science Research**. Chicago: University of Chicago Press, 1929. p. 194-219.

BULMER, Martin. **The Chicago School of Sociology: institutionalization, diversity and the rise of sociological research**. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

BURGESS, Ernest W. The Growth of the City: An Introduction to a Research Project. In: PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. (org.). **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1925. p. 47-62.

CARDOSO, Bruno Vasconcelos. **Todos os olhos: videovigilâncias, voyeurismos e (re)produção imagética**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

CÉFAI, Daniel. Le naturalisme dans la sociologie américaine au tournant du siècle: la genèse de la perspective de l'École de Chicago. *Revue du MAUSS*, n. 17, p. 261-274, 2001.

CHAPOULIE, Jean-Michel. **La tradition sociologique de Chicago 1892-1961**. Paris: Editions du Seuil, 2001.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

CRUZ, Ana Paula Galdeano. **PARA FALAR EM NOME DA SEGURANÇA: o que pensam, querem e fazem os representantes dos conselhos comunitários de segurança**. 2009. 294 f. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

DURKHEIM, Émile. Regras relativas à distinção entre o normal e o patológico. In: DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. p. 41-65.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- ECKARDT, Frank. “Chicago no Brasil: a importância da redescoberta da cidade e da ‘raça’”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 79-103, 2014.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- EUFRASIO, Mário. **Estrutura urbana e ecologia humana: a Escola Sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FERGUSON, Andrew Guthrie. **The Rise of Big Data Policing, Race, and the Future of Law Enforcement**. New York: New York University Press, 2017.
- FIRMINO, Rodrigo; DUARTE, Fabio. Private video monitoring of public spaces: The construction of new invisible territories. **Urban Studies**, n. 4, v. 53, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1996 [1975].
- FRAIMAN, Ricardo; ROSSAL, Marcelo. **Si tocás pito te dan cumbia: esbozo antropológico de la violencia en Montevideo**. Montevideo: Cebra, 2008.
- FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago**. São Paulo: IBCCRIM, 2002.
- GARLAND, David. **A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.
- HARCOURT, Bernard. **Against Prediction: Profiling, Policing, and Punishing in an Actuarial Age**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- HARRIES, Keith. **Mapping Crime: Principle and Practice**. Washington: Crime Mapping Research Center, U.S. Department of Justice, 1999.
- HIRATA, Daniel Veloso. **SOBREVIVER NA ADVERSIDADE: entre o mercado e a vida**. 2010. X f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- KANASHIRO, Marta Mourão. **SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Campinas UNICAMP, Campinas.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LYON, David. **The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- LYON, David. **Theorizing Surveillance: The Panopticon and Beyond**. Portland: Willian Publishing, 2006.
- MATTHEUS, Fred H. **Quest for an American Sociology: Robert E. Park and the Chicago School**. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 1977.

- MARQUES, Adalton. **CONTRA A SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA**: ou, uma genealogia da segurança pública em São Paulo. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos.
- MARTINS, Carlos Benedito Campos. O legado do Departamento de Sociologia de Chicago (1920-1930) na constituição do interacionismo simbólico. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 217-239, 2013.
- MARX, G. T. Surveillance Studies. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 23, p. 733-741, 2015.
- MORAES, Luciane Patrício Braga de. **FALAR, OUVIR E ESCUTAR**: etnografia dos processos de produção de discursos e circulação da palavra nos rituais de participação dos conselhos comunitários de segurança. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MORAWSKA, Catarina. Luto e memória das mães da saudade de Peixinhos. *In*: MARQUES, Ana Claudia D.; LEAL, Natacha Simeí (orgs.). **Alquimias do parentesco**: casas, gentes, papéis, territórios. São Paulo: Terceiro Nome/Gramma, 2018.
- PALMER, Vivien M. **Field Studies in Sociology**: A Student's Manual. Chicago: University of Chicago Press, 1928.
- PARK, Robert E. The City as a Social Laboratory. *In*: SMITH, T. V.; WHITE, Leonard D. (org.). **Chicago**: An Experiment in Social Science Research. Chicago: University of Chicago Press, 1929.
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 [1916].
- PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. **Introduction to the Science of Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1921.
- PERON, A.; ALVAREZ, M.; CAMPELLO, R. Apresentação do dossiê: Vigilância, controle e novas tecnologias. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 11-31, 2018.
- PLUMER, Kenneth (org.). **Chicago School of Sociology**: Critical Assessments. Londres/Nova York: Routledge, 1997.
- RATTON, J. L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. O Pacto pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 2, p. 235-252, 2014.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005 [1903].
- SMITH, T. V. Social Science Research and the Community. *In*: SMITH, T. V.; WHITE, Leonard D. (org.). **Chicago**: An Experiment in Social Science Research. Chicago: University of Chicago Press, 1929. p. 220-247.
- THRASHER, Frederic. **The Gang**: A Study of 1,313 Gangs in Chicago. Chicago: University of Chicago Press, 1927.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. *In*: RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. (orgs.). **Cidade, povo, nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

VALENTIN, Fernando F.; PINEZI, Ana Keila Mosca. Indivíduo e sociedade no pensamento social da Escola de Chicago. **Agenda Social (UENF)**, v. 6, p. 17-29, 2012.

VALLADARES, Licia do Prado (org.). **A Escola da Chicago: impacto de uma tradição no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes Antropológicos**, ano 6, v. 13, p. 15-29, 2000.

VILLELA, Jorge. **Ordem pública e segurança individual: política e polícia no sertão de Pernambuco**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidades. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ZAVERUCHA, Jorge; PEREIRA DA NÓBREGA JÚNIOR, José Maria. O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 2, p. 235-252, 2015.